

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - BACHARELADO

**Maria Cláudia Pereira da Silveira**

**A NÃO RADICALIZAÇÃO DE CERTOS IMPORTANTES ATORES POLÍTICOS NA  
CAMPANHA DAS DIRETAS-JÁ**

Porto Alegre

2012

**Maria Cláudia Pereira da Silveira**

**A NÃO RADICALIZAÇÃO DE CERTOS IMPORTANTES ATORES POLÍTICOS NA  
CAMPANHA DAS DIRETAS-JÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Wassermann

Porto Alegre

2012

## **AGRADECIMENTOS**

*A professora Cláudia Wasserman pela sugestão do tema deste trabalho de conclusão, pelas sugestões apresentadas, pelo apoio fornecido e pelos ensinamentos partilhados durante nosso convívio.*

*Ao professor Adolar Koch e Alexandre Blankl Batista que aceitaram compor a banca*

*A Mara Canfield pelas correções do texto e sua paciência com meus atrasos*

*A todos os meus amigos pelo apoio e incentivo na realização do sonho de cursar a faculdade de História*

*Aos colegas da faculdade do curso de História pelo convívio, troca de experiências e auxílio na execução de trabalhos em todos esses anos*

*Aos meus pais, Paulo Jorge e Maria Helena, e toda minha família pelo incentivo constante na busca do conhecimento e capacitação, em especial a minha mãe por ter despertado em mim a paixão pela História e pelo suporte oferecido na execução deste trabalho.*

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	4
2 SITUAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS E A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS .....	8
3 A EMENDA.....	13
4 A CAMPANHA DIRETAS JÁ .....	19
5 ANÁLISE DA DISPUTA PRESIDENCIAL E AS CAUSAS DO RECUO DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO NA CAMPANHA DIRETAS JÁ.....	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
BIBLIOGRAFIA .....	38
ANEXOS .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

A campanha das Diretas-Já foi a maior mobilização cívico-popular do Brasil republicano em torno da luta pelo retorno das eleições diretas para presidente da República<sup>1</sup>. Em anexo, encontram-se fotos ilustrativas da campanha.

Os comícios, as passeatas, os apelos políticos e todas as manifestações de rua nasceram no parlamento, a partir da apresentação da emenda constitucional que ficou conhecida como “Emenda Dante de Oliveira”, em março de 1983<sup>2</sup>. Entre junho de 1983, quando foi deflagrada a campanha em Goiânia, onde mil pessoas se reuniram no Ginásio Popular, e o dia 16 de abril de 1984, quando mais de um milhão de pessoas se reuniu no vale do Anhangabaú em São Paulo, aconteceram muitas manifestações populares em todo o território nacional<sup>3</sup>. Durante meses a campanha foi crescendo, agigantando-se a medida que os partidos políticos, diferentes segmentos e organizações da sociedade foram dando voz aos apelos da sociedade brasileira por mudanças, tornando-se porta-voz do grito abafado, sufocado e reprimido durante quase 20 anos de governo militar.

Osmar Santos, que passou a ser conhecido como o “locutor das Diretas”, tendo viajado pelo Brasil para participar dos comícios, assim se referiu à campanha das Diretas em depoimento à Fundação Perseu Abramo:

A campanha das Diretas-Já começou pequena, delicada, com a sutileza das ideias generosas. E se transformou num oceano, num mar de gente espalhado pelas praças do país afora. A sensação de estar diante de um milhão de pessoas unidas pelo mesmo objetivo é indescritível. E significou a maior emoção de minha vida<sup>4</sup>.

Dante de Oliveira, deputado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileira (PMDB) do estado do Mato Grosso, eleito em 1982, materializou mediante a Proposta de Emenda Constitucional nº 15, apresentada em 02 de março de 1983, o anseio de milhares de brasileiros por mudanças econômicas, sociais, mas

---

<sup>1</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Diretas-Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>2</sup> FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel, org. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

<sup>3</sup><http://www.fugpmdb.org.br/r2003ulydiretasja.htm>. Captado em 15/10/2012.

<sup>4</sup><http://www.fugpmdb.org.br/r2003ulydiretasja.htm>. Captado em 15/10/2012.

principalmente políticas, que se transformou no pleito por eleições diretas para presidente da república<sup>5</sup>.

Em dezembro de 1983, o então presidente da República, General Figueiredo, considera a campanha perturbadora, iniciando a partir de então a tomada de uma série de medidas para demonstrar ao legislativo e à população a não tolerância ao crescimento da campanha, e conseqüentemente sua vitória.

O objetivo principal deste trabalho é a análise dos motivos pelos quais os representantes políticos do povo brasileiro não conseguiram conduzir a campanha no ritmo crescente que essa seguia, levando-a ao recuo principalmente a partir do ano de 1984, permitindo ao governo militar a continuação do projeto de Geisel e de Golbery: a transição lenta e gradual.

Importante salientar que apesar da emenda ter sido derrotada, isto não significou o final das solicitações por mudanças de transição política. O clamor de milhares de brasileiros por transformações democráticas fizeram com que várias iniciativas continuassem a ter espaço no ambiente político levando ao retorno do estado democrático de direito.

Nesse sentido, o trabalho se propõe a analisar a emenda, a campanha e sua derrota, mas também o formato que adquiriu a transição à democracia no Brasil.

Para Maria Helena Alves, não existiu no Brasil um processo de “transição para a democracia”, mas uma tentativa de institucionalização das estruturas do Estado visando ampliar o apoio político e manter o controle básico de classe<sup>6</sup>. Conforme a autora:

Não é possível formar mecanismos democráticos paralelos e superpostos aos mecanismos estruturais de controle social e político de uma sociedade organizada economicamente em termos de exploração. É, pois, um pressuposto básico de uma transição democrática que se rompa com o Estado de Segurança Nacional, seguindo-se o desmantelamento das estruturas erigidas com finalidade de controle e opressão econômica.

A campanha das Diretas-Já foi um movimento suprapartidário que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que formaram o comitê Nacional Partidário Pró-Diretas.

---

<sup>5</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>6</sup> ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2005. p.. 389.

Participaram também o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na época ilegais.

Várias organizações da sociedade civil juntaram-se às mobilizações e participaram de maneira efetiva contribuindo para o crescimento do movimento, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, além de outras entidades civis, assim como sindicatos e associações profissionais.

No decorrer deste trabalho será realizada uma análise dos partidos políticos naquele momento, sua repercussão nacional e participação dentro da campanha das Diretas-Já, assim como faremos uma análise do contexto da abertura política estipulada pelo governo militar, ou seja, lenta e gradual, a partir de seus diversos atores, considerando as principais preocupações do governo com relação à abertura política, identificadas por Golbery do Couto e Silva: a) tendência para a centralização no Executivo de todas as decisões políticas e administrativas; b) centralização das redes de informação e das forças de segurança, causada por uma “rigidez de todo o sistema de controle social”; c) bipolaridade do confronto governo-oposição.

Para cumprir os objetivos propostos, este estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo realizo uma análise do contexto político da época, descrevendo a situação do país, detendo-me especialmente na disputa eleitoral pela presidência do país, disputa essa que, após 20 anos de governo militar, ocorreria apenas entre candidatos civis, e também realizo um estudo sobre a organização dos partidos políticos brasileiros, suas características, projeções nacionais, capacidades de diálogo e intervenção com o governo militar, analisando os resultados obtidos nas eleições de 1982 para governadores e deputados. No segundo capítulo, darei ênfase à Emenda Constitucional propriamente dita: sua criação, justificativa, apoio parlamentar recebido, e a votação em si. Já no capítulo terceiro, analiso a Campanha pelas Diretas-Já, como se estruturou, seu caráter homogêneo, sua despersonalização, a frente suprapartidária que se uniu para coordená-la junto com as entidades da sociedade civil, e as manifestações mais significativas. Finalmente, no capítulo quarto, enfatizarei as causas que levaram os partidos políticos que

coordenavam a campanha e mobilizavam o cenário político nacional a recuarem, analisando principalmente seus atores.

As fontes utilizadas neste trabalho foram fontes bibliográficas, sendo que alguns depoimentos foram retirados do acervo digital do Jornal Folha de São Paulo.

## 2 SITUAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS E A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS

O final dos anos 70 e a década de 1980 foram palco de processos de redemocratização em toda a América Latina, levando a substituição das ditaduras militares instauradas desde os anos 60<sup>7</sup>.

De acordo com Silva, no caso brasileiro, a crise da ditadura e a luta pelo retorno do estado democrático havia começado pelo menos em 1974, tendo como base duas situações distintas: o projeto do governo Geisel (1974-1979) para restabelecer no Brasil o Estado de Direito, o qual ficou conhecido como Projeto *Geisel-Golbery*, e a ação da oposição, considerando o crescimento do seu único partido, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB.

Naquele momento, a ação partidária ainda era consideravelmente controlada, sendo permitidos apenas dois partidos políticos: o MDB e a ARENA - Aliança Renovadora Nacional. As forças políticas de oposição estavam organizadas em torno de seu único partido, o MDB, sendo seus principais políticos Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, entre outros. O partido que apoiava o governo, a ARENA, era o centro das atuações para possibilitar o prosseguimento dos projetos governistas. Havia ainda, empresários e federações de indústrias que desempenhavam papel importante no quadro político.

Quando o general Geisel assumiu o governo, a ideia do retorno à democracia mediante a derrubada do governo militar, seja pela guerrilha ou golpe, estava sendo superada, mostrando-se como saída a utilização dos espaços políticos disponíveis, mesmo que limitados.

O projeto elaborado por Geisel e Golbery previa uma abertura lenta, gradual e segura. A ditadura começa progressivamente a ser desmontada. A oposição vai obtendo mais espaço, a censura diminui, a sociedade civil renasce politicamente. É um processo controlado de mudança.

Em entrevista a Ronaldo Costa Couto, o ex-presidente esclarece:

---

<sup>7</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil, 1974-1985." In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

...Por que ela tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal linha dura. Ela tinha que ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse ao regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva<sup>8</sup>.

Nas eleições diretas para deputados e senadores em 1974, observa-se o crescimento da oposição nas urnas. O MDB elege 16 senadores e aumenta o número de deputados de 87 para 165. A vitória da oposição sinaliza ao governo que o povo está insatisfeito com o regime e a crise oriunda do fim do milagre econômico, sonha com a democracia e vai se identificando com a oposição. Devido ao aumento do crescimento da oposição, o governo promulga legislação que ficou conhecida como Lei Falcão em julho de 1976, a qual disciplinava e limitava o uso do rádio e da televisão para fins eleitorais, além de impedir o debate político nos meios de comunicação. Apesar das limitações impostas e da vitória apertada da ARENA nas eleições diretas para prefeitos e vereadores em 1976, o MDB vai se consolidando como oposição, principalmente nas regiões mais industrializadas, vencendo em dez das quinze maiores cidades, fazendo 59 prefeitos e maioria nas câmaras de vereadores nas cem principais cidades do país<sup>9</sup>.

Na medida em que cresce o descontentamento da população com o regime militar, aumentam suas formas de manifestação. A partir do final dos anos 70 o movimento operário passa por processo de transformação, mudando a forma de atuação e buscando independência quanto aos partidos e governos. Sua maior representatividade ocorre na região do ABC paulista, devido à concentração de indústrias<sup>10</sup>.

Conforme Couto, a forma de atuação desse novo sindicalismo ocorre mediante o diálogo, porém agora o sindicato vai ao trabalhador, ao invés de esperar por ele, a mobilização, a conscientização política da realidade vivida e a reivindicação de melhores salários e condições de trabalho. As greves ganham força, reunindo milhares de trabalhadores, tomando o espaço interior das fábricas, se distanciando da postura tradicional. A liderança de Luiz Inácio Lula da Silva torna-

---

<sup>8</sup> Depoimento do presidente Ernesto Geisel a Ronaldo Costa Couto in COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999, pg.144.

<sup>9</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. Cit.*, 2003.

<sup>10</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

o nacionalmente conhecido mediante sua atuação na condução das greves e assembleias.

Sucedendo Geisel, o general João Baptista Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979. Candidato preferencial de Geisel à sucessão presidencial, recebeu um país onde a censura à imprensa fora eliminada, a repressão estava sob controle, a tortura de presos abolida, as Forças Armadas em ordem<sup>11</sup>. Um dos pontos principais de sua agenda era a anistia, ampla, geral e irrestrita.

Em agosto de 1979 o Congresso Nacional aprovou o projeto que anistiou bilateralmente os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Apesar de suas limitações, a anistia foi um passo importante no restabelecimento das instituições democráticas, tendo permitido o retorno ao país de importantes líderes políticos exilados, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luis Carlos Prestes e outros<sup>12</sup>.

Em dezembro do mesmo ano, ocorre o fim do bipartidarismo e a liberalização das exigências para a organização de novos partidos, mediante o advento da Lei nº 6.767, levando a extinção da ARENA e do MDB. Seis partidos foram criados em 1980: PDS, PP, PMDB, PDT, PTB e PT<sup>13</sup>. O Partido Social Democrata - PDS congregou os principais expoentes da ARENA, tendo maioria absoluta no Congresso (36 senadores e 212 deputados). O Partido Democrático Brasileiro – PMDB foi composto basicamente das lideranças do antigo MDB e os dissidentes liberais da ARENA (113 deputados e 20 senadores). O Partido Popular – PP foi criado em 1980, tinha 66 deputados e 10 senadores, surgiu como alternativa moderada de opção centrista, atraindo os antigos moderados do MDB e muitos arenistas; acabou fundindo-se com o PMDB em 1982. O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB era composto por ex-políticos da moderada do antigo PTB, figuras do trabalhismo da República de 46 (05 deputados). O Partido Democrático Trabalhista – PDT era composto por o grupo dos trabalhistas históricos, entre eles Leonel Brizola, e parlamentares que iniciaram a vida pública no MDB (dez deputados). O Partido dos Trabalhadores – PT era a grande novidade, pois foi o primeiro partido político

---

<sup>11</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>12</sup> RODEGHERO, Carla Simone, DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

<sup>13</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

formado por operários, oriundo principalmente do movimento sindical, tendo a sua frente Luiz Inácio Lula da Silva (seis deputados)<sup>14</sup>.

Nicolau considera importante compararmos o perfil das lideranças do PMDB e do PDS no momento da criação dos partidos, sendo esses os partidos de maior relevância no contexto do início da década de 80. Em decorrência da suspensão das eleições diretas para governador estadual pelo regime militar durante os anos de 1966 a 1981, as eleições para o senado federal assumiram um papel de grande importância no processo político brasileiro a partir de 1974<sup>15</sup>. O crescimento do antigo MDB se deve às eleições e à liderança dos senadores. O PDS, ao contrário, se beneficiou do fato de seus políticos estarem ou terem estado à frente dos Executivos federais e estaduais. Assim, conforme o autor, o PMDB foi um partido formado originalmente por senadores, enquanto o PDS foi um partido de governadores.

Na caminhada de retorno às instituições democráticas, o governo Figueiredo se vê, no início dos anos 80, tendo que lidar com um período de grave recessão econômica, marcado pelo combate à inflação e devido à crise externa, e com a intensificação de movimentos oriundos da chamada linha-dura das Forças Militares, a qual promoveu atos de terrorismo, como o episódio do Riocentro em 1981<sup>16</sup>.

No final do ano de 1980 é aprovada a Emenda Constitucional nº 15, restabelecendo as eleições diretas para governadores e também para o Senado. O governo já se preocupava com a eleição do presidente da república marcada para janeiro de 1985 pelo colégio eleitoral constituído do Congresso Nacional, de representantes das câmaras legislativas e das assembleias legislativas estaduais<sup>17</sup>.

Apesar das tentativas governamentais de dificultar o crescimento da oposição, mediante a aprovação de emendas constitucionais que versavam sobre sistema eleitoral e partidos políticos, as eleições de 1982 são marcadas pela ampliação significativa do espaço político e o poder da oposição. Foi uma grande eleição, abrangendo governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores. É o primeiro pleito pluripartidário depois golpe militar<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>15</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *Op. Cit.*, 1996.

<sup>16</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>17</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *Op. Cit.*, 1996.

<sup>18</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

No Senado, o PDS conquistou 46 cadeiras, o PMDB fez 21, o PDT e o PTB conquistaram 1 cada um. Embora o PDS tenha sido o mais votado na Câmara, elegendo 235 deputados federais, perdeu a maioria absoluta. O PMDB elegeu 200 deputados, o PDT, 23, o PTB, 13 e o PT, 8, ao total de 244 deputados de oposição. Mas a grande vitória da oposição ocorreu nos governos dos principais estados: o PMDB elegeu 09 governadores, entre eles, Franco Montoro, em São Paulo, e Tancredo Neves, em Minas Gerais, e o PDT elegeu Leonel Brizola no Rio de Janeiro. O PDS venceu nos outros 12 estados<sup>19</sup>.

Embora o PT não tivesse uma votação expressiva, conseguiu lançar chapas em quase todos os estados, estruturando uma forte militância em todo o país, o que viria a ser uma de suas principais características como partido. Seu desafio era crescer com certa rapidez para cumprir as exigências legais para sobreviver.

O Colégio eleitoral foi criado em 1967 para eleger o presidente Ernesto Garrastazu Médici, tendo sido alterado por várias emendas constitucionais conforme o interesse do governo militar. Com as mudanças constitucionais, o Colégio Eleitoral, o qual deveria eleger o próximo presidente da república, seria integrado por 686 membros: 479 deputados federais, 69 senadores e 138 delegados escolhidos pelas assembleias legislativas, entre os deputados estaduais do partido majoritário. Nas eleições de 1982 o PDS reafirma sua maioria absoluta no colégio, fez 361 representantes entre os 686, contra 273 do PMDB, 30 do PDT, 14 do PTB e 8 do PT<sup>20</sup>.

De acordo com Couto, apesar do PDS ter a maioria, o PMDB recebeu, em conjunto, 58% do total de votos, possibilitando ao novo Congresso retomar seu espaço na cena político. As negociações e os debates iriam retornar.

---

<sup>19</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es\\_estaduais\\_no\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_estaduais_no_Brasil)

<sup>20</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

### 3 A EMENDA

Dante de Oliveira era natural do Mato Grosso, filho de Sebastião de Oliveira, um conhecido advogado e político udenista daquele estado. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo militado no MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), para posteriormente ingressar no partido então chamado MDB (Movimento Democrático Brasileiro). De volta ao seu estado disputou sua primeira eleição em 1976 quando perdeu a eleição para vereador em Cuiabá<sup>21</sup>. Foi eleito deputado estadual em 1978, filiando-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Nacional), sendo eleito deputado federal em 1982.

Em janeiro de 1983, quando os deputados, senadores e governadores eleitos nas eleições de novembro de 1982 tomaram posse, não se falava em eleições diretas para presidente no Congresso Nacional, a eleição direta era vista como consequência do processo de reabertura e redemocratização, sendo que as principais preocupações do Congresso Nacional eram a aprovação de uma nova constituição federal e as questões relativas à economia do país<sup>22</sup>.

Desde sua posse, Dante começou a trabalhar pelo reestabelecimento das eleições diretas para presidente da república, tendo realizado uma pesquisa junto ao sistema de processamento de dados da Câmara para verificar se existia alguma proposta que pleiteasse restabelecer as eleições diretas para presidente da república, e constatou que não existia nenhuma em tramitação, todas estavam arquivadas. Embora fosse um “desconhecido”, iniciou, então, sua “caçada” por assinaturas para a apresentação de uma emenda constitucional, percorrendo os gabinetes, solenidades, corredores, qualquer lugar onde fosse possível encontrar um parlamentar para solicitar o engajamento do parlamentar, mediante assinatura, em seu projeto.

A Proposta de Emenda Constitucional-PEC nº 05, redigida por Dante com a ajuda de seu pai, foi apresentada por Dante de Oliveira em 02 de março de 1983, assinada por 23 senadores e 177 deputados<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> ALVES, Maria Helena. Op. cit, 2005.

<sup>22</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dante\\_de\\_Oliveira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dante_de_Oliveira)

<sup>23</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. Op. Cit, 2004.

Dante explica em depoimento como surgiu a ideia da apresentação da emenda:

Quando me elegi, tomei a decisão: vou apresentar o projeto (eleição do presidente da república). Antes, fui ao Congresso, em janeiro, não tinha ainda tomado posse, fui pesquisar sobre os projetos que estariam tramitando (...) um funcionário do Senado me informou que não havia nenhum.

Já haviam sido arquivados os projetos de Marcos Freire, de Quércia. Antes de iniciar a legislatura, eu já estava colhendo as assinaturas em janeiro e fevereiro. Algumas eu consegui as vésperas de dar entrada no projeto (...) eu estava tão ansioso para apresentar o projeto que fiquei na fila, perto do microfone, e fui o primeiro a falar. Eu tinha clareza de que o projeto seria muito discutido, por conta da sucessão presidencial. Por isso eu queria ser o primeiro a apresentá-lo<sup>24</sup>.

A seguir transcrevo o texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983:

Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art, 1º Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74. O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único: A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao do término do mandato presidencial.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 2º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o Parágrafo 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu parágrafo 2º a constituir-se parágrafo único.

Em seu livro “Diretas Já – 15 meses que abalaram a ditadura”, consta a justificativa apresentada pelo seu autor, onde esse defendia o restabelecimento da eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da República buscando a restauração da tradição da eleição direta, em razão da dessa tradição estar amparada pelo Direito Constitucional e fazer parte das aspirações do povo brasileiro. Dante de Oliveira também discorreu sobre as diferenças de legitimidade entre um

<sup>24</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. Op. Cit, 2004.

representante escolhido pelo próprio povo, o qual apoiaria suas ideias e programas, fazendo com que o presidente eleito se vincule ao povo e com ele se mantivesse comprometido, diferentemente dos candidatos escolhidos em Colégios Eleitorais onde as aspirações populares não teriam alcance, fazendo com que o presidente não tivesse compromisso com o povo, pois estaria ligado às forças que o apoiariam e o elegeriam<sup>25</sup>.

Dias após a apresentação da Emenda, a bancada do PMDB na Câmara Federal autorizava seu apoio, formando uma comissão de mobilização partidária em torno da Emenda, fazendo nascer o primeiro embrião da campanha das Diretas Já. A comissão redigiu o primeiro documento da campanha das Diretas a partir da reunião realizada. Esse documento foi enviado à Executiva Nacional do PMDB propondo a realização de campanha de mobilização para a eleição direta para presidente da república para ser aprovado na reunião do diretório do partido. Observa-se que os parlamentares nesse primeiro momento pensavam a campanha principalmente como uma alternativa política que viabilizaria a proposta da Assembleia Nacional Constituinte e que, uma vez que a ideia nascia do Congresso Nacional, viabilizaria a participação das bancadas oposicionistas no jogo do processo sucessório<sup>26</sup>.

Posteriormente, ocorre a mudança de foco, centrando na eleição direta para presidente.

Na reunião do Diretório Nacional do PMDB, ocorrida em abril de 1983, houve a definição e autorização da constituição de comissão de senadores e deputados, coordenada com os diretórios regionais, municipais, outros partidos de oposição e setores representativos da sociedade para realização da campanha para eleições diretas para presidente da República em todo o país<sup>27</sup>.

A partir do empenho inicial do PMDB, iniciou-se a montagem da comissão de mobilização e dos Comitês suprapartidários com a participação do Partido dos Trabalhadores-PT, do Partido Democrático Trabalhista-PDT, PTB e simpatizantes do PCdoB, PCB. Aos poucos outras adesões à tese das Diretas iriam surgir, como a Igreja Católica, com as declarações de dom Paulo Evaristo Arns, conhecido internacionalmente pela sua luta contra a ditadura militar, e dom Ivo Lorscheider,

---

<sup>25</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit, 2004.*

<sup>26</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit, 2004.*

<sup>27</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit, 2004*

presidente da CNBB, a favor da campanha, assim como importantes organizações da sociedade civil, como a Organização dos Advogados do Brasil-OAB, Associação Brasileira de Imprensa-ABI, Central Única dos Trabalhadores-CUT, União Nacional dos Estudantes-UNE, Associação Nacional do Ensino Superior-ANDES, vários sindicatos, etc.

Alguns parlamentares merecem destaque especial no seu empenho dedicado à criação da campanha das Diretas Já, originada da PEC Dante de Oliveira. Conforme Kotscho, três homens estavam à frente na Caravana das Diretas, percorrendo o Brasil de ponta a ponta: Ulysses Guimarães, presidente do PMDB; o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT, e Doutel de Andrade, presidente do PDT. Várias personalidades, artistas e políticos se engajaram na campanha ao longo do caminho, mas os presidentes nacionais dos três principais partidos de oposição, o qual de acordo com Kotscho, se autodenominaram “três mosqueteiros”, estavam sempre presentes, fornecendo um caráter de unidade à campanha<sup>28</sup>.

Merece destaque a figura do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, o qual tomou a frente na promoção, divulgação e engajamento dos congressistas na campanha em si, ficando conhecido como o “Senhor das Diretas Já” (grifo meu), percorrendo o país na divulgação da campanha. A ele coube a tarefa de formar a comissão de Eleições Diretas com parlamentares que apoiavam o tema, dialogando com todos os governadores e parlamentares, congregando para a unidade do partido em torno da campanha, organizando o roteiro das caravanas e comícios<sup>29</sup>.

Outro político que se destacou de maneira significativa foi Teotônio Vilela. Experiente político, vindo da UDN, depois Arena, e em 1979 filiou-se ao PMDB, abraçando a causa da democracia e da anistia, tendo se transformado num símbolo das Diretas Já. Teotônio faleceu em novembro de 1983<sup>30</sup>.

O movimento em favor da eleição direta para presidente da república começou modestamente a partir da apresentação da Emenda Dante de Oliveira em

---

<sup>28</sup> KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>29</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>30</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Teot%C3%B4nio\\_Vilela](http://pt.wikipedia.org/wiki/Teot%C3%B4nio_Vilela).

março de 1983 e foi crescendo até tornar-se uma grande campanha de massas, apoiada pela população, pelos partidos de oposição e pelas organizações sociais.

A votação estava prevista para o dia 25 de abril de 1984. As entidades civis, movimentos sociais e os partidos de oposição haviam programado uma paralisação geral, chegaram a pensar em executar uma “marcha a Brasília”, a qual chegaria na capital da República no dia da votação, mas o governo federal tomou uma série de medidas de emergência limitando o acesso da população e manifestantes à capital e ao congresso, assim como proibiu que as emissoras de rádio e televisão efetuassem a transmissão da votação<sup>31</sup>.

Um ano e um mês após sua apresentação, no dia 25 de abril de 1984, a Proposta de Emenda Constitucional nº 05, conhecida como Emenda Dante de Oliveira, foi levada a votação, e foi derrotada numa sessão de 16 horas por apenas 22 votos<sup>32</sup>. Foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes.

Abaixo consta o quadro demonstrativo com a distribuição da votação da Emenda Dante de Oliveira por partido político:<sup>33</sup>

**Quadro 1 – Distribuição da votação da Emenda Dante de Oliveira – por partido político**

<b>PARTIDO</b>	<b>A Favor</b>	<b>Contra</b>	<b>Abstenção</b>	<b>Ausente</b>	<b>TOTAL</b>
<b>PDS</b>	55	65	3	112	235
<b>PMDB</b>	200	0	0	0	200
<b>PTB</b>	12	0	0	1	13
<b>PDT</b>	23	0	0	0	23
<b>PT</b>	8	0	0	0	8
<b>TOTAL</b>	<b>298</b>	<b>65</b>	<b>3</b>	<b>113</b>	<b>479</b>

Fonte: Rodrigues (2003)

Apesar da derrota da Emenda e do sentimento de frustração nacional, o discurso de Ulysses Guimarães na véspera da votação exprime o sentimento de restauração da democracia e liberdade que o país havia adquirido naqueles meses de luta pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente:

<sup>31</sup> ALVES, Maria Helena. *Op. cit.*, 2005.

<sup>32</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

<sup>33</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

A mensagem republicana das Diretas-Já foi aprovada, de fato, pela soberania popular, reunida e exercitada em milhares de ruas e praças do Brasil. [...]

A nação me autoriza a anunciar que quer o diálogo.

O diálogo público, perante a imprensa, o rádio e a televisão, testemunhado e fiscalizado pelo acesso livre às galerias e dependências do Congresso nacional, [...]

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Chegamos na Candelária, catedral da participação popular na cidadania, chegamos ao Anhangabaú, o vale do povo, chegamos como maioria da nação para dialogar.[...]

O país é o território, a nação é a história e a civilização, o povo é a pátria.

Não há pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade.

A pátria é o povo e o povo vencerá.

Diretas-Já<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> <http://WWW.fugpmdb.org.br/r2003ulydiretasja,htm>. Captado em 10/10/2012.

#### 4 A CAMPANHA DIRETAS JÁ

Após a acolhida inicial por parte do PMDB, sob a liderança do deputado Ulysses Guimarães, e o lançamento da campanha nacional de apoio à Emenda Dante de Oliveira no comício de Goiânia em junho de 1983, a mobilização em torno da emenda foi pouco a pouco ganhando as ruas e a adesão dos partidos de oposição, das entidades civis e do povo brasileiro. A campanha foi deixando os parlamentos, gabinetes e sedes das entidades civis em direção às ruas do país.

O depoimento do então jornalista e editor regional do Jornal Nacional em Brasília, Antônio Brito, demonstra o quanto a apresentação e o conteúdo próprio da emenda agiram como catalisador dos anseios da população brasileira:

A emenda Dante de Oliveira funcionou como uma espécie de ímã atraindo tudo que estava ali meio dormindo, começando a acordar na sociedade brasileira. Aquela palavra “diretas” polarizou, imantou, juntou toda energia de mudança que estava surgindo dentro da sociedade brasileira. Tudo o que tinha sido abafado, reprimido, trancado durante tanto tempo, explodiu. A gente se deu conta de que estava frente a um acontecimento político importante, a gente estava com um acontecimento popular e emocional importante, que aquilo ali ia juntar gente e ia botar fogo na situação.[...] A campanha das diretas imantou, agregou uma energia que andava há 20 anos querendo extravasar e ganhou uma dimensão emocional e popular que ninguém previa<sup>35</sup>.

A primeira festa-comício ocorreu em São Paulo, em frente ao estádio do Pacaembu, no dia 27 de novembro de 1983, sob a organização do PMDB, PT, PDT, CUT, Conclat, UNE, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e mais outras 70 entidades. Os convites foram realizados de “boca em boca”, ou folhetos, as mobilizações foram pequenas, com a maior participação do PT. Houve uma carga emocional grande, pois naquele mesmo dia falecia Teotônio Vilela, defensor intransigente das Diretas, ficando conhecido por *Menestrel de Alagoas*, em função dos seus discursos memoráveis<sup>36</sup>. O Menestrel das Alagoas foi homenageado em 1983 através da canção de Milton Nascimento, a qual foi símbolo das Diretas cantada por Fafá de Belém.

<sup>35</sup> JORNAL NACIONAL: *A notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

<sup>36</sup> KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

O comício das Diretas realizado em Curitiba, na Boca Maldita, em 12 de janeiro de 1984, organizado pelo PMDB e pelo governo do Paraná, o qual reuniu entre 30 a 50 mil pessoas, foi considerado o primeiro grande comício da campanha. Houve uma grande organização, contando com camisetas, panfletos, cartazes, cédulas simbólicas para votação simulada, e até chamadas na TV Globo-PR nos intervalos do Jornal Nacional. Duzentos e cinquenta ônibus chegaram do interior do estado, encontrando o centro de Curitiba com o comércio fechado e repleto de papel picado sendo atirado dos prédios. Apesar do comício não apresentar o caráter suprapartidário das manifestações subsequentes, os discursos e as presenças de políticos, artistas e adeptos da campanha fizeram com essa manifestação fosse marcante naquele início de ano. Ulysses Guimarães usou uma frase que seria repetida várias vezes em eventos da campanha: “Temos que acabar com essa Bastilha nojenta e repugnante que é o Colégio Eleitoral para libertar do calabouço o voto direto”<sup>37</sup>.

Curitiba demonstrou as possibilidades de crescimento da campanha, ao mesmo tempo em que exigiu dos governadores moderados uma postura mais definida, como foi o caso de Franco Montoro e Leonel Brizola que passaram a se empenhar de maneira direta na organização dos comícios nas capitais que governavam.

O comício “monstro” na praça da Sé ocorreu no dia da comemoração dos 430 da fundação da cidade de São Paulo, dia 25 de janeiro de 1984. Calcula-se que 200 a 300 mil pessoas estiveram presentes nesse evento de longa duração que contou com uma detalhada preparação da comissão suprapartidária, do próprio governo do estado de São Paulo, da UNE, e de diversos partidos políticos, entidades, sindicatos, igrejas, etc<sup>38</sup>.

Pela primeira vez, desde o início da campanha das Diretas, a rede Globo de televisão mostrou as imagens e reportagens sobre o comício a nível nacional, até então, a TV Globo apenas veiculava reportagens regionais<sup>39</sup>. De acordo com as notícias veiculadas nos principais jornais do país, já era possível antever as profundas consequências políticas institucionais que seriam geradas a partir do

---

<sup>37</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>38</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004.

<sup>39</sup> JORNAL NACIONAL: *A notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

comício da praça da Sé, conforme demonstra o editorial do jornal Folha de São Paulo do dia 26 de janeiro:

Impossível furtar-se à emoção diante desta postura popular. A cena, homens e mulheres molhados e sem arredar o pé do espaço conquistado, comove. E tem profundo significado político. Aos argumentos de que o povo brasileiro não tem experiência histórica em mobilização e de que a sociedade civil, como gostam de pensar os autoritários, é amorfa e moldável, o povo responde com a presença maciça e ordeira e com a resistência à chuva incomoda.

Os temores de que eleição direta – uma questão formal de procedimento – seria uma tese demasiada abstrata e por isso pouco mobilizante acabam de ser dissolvidos em São Paulo<sup>40</sup>.

Em janeiro de 1984, a pesquisa da Gallup revelava que 75% dos eleitores do PDS apoiavam as Diretas Já, 87% entre os do PMDB, 90% dos petistas e 94% dos pedetistas<sup>41</sup>.

Mobilizados pelo sucesso dos comícios de Curitiba e São Paulo, os principais partidos de oposição realizaram no mês de fevereiro uma peregrinação que ficou conhecida como “Caravana das Diretas”. Tendo à frente Ulysses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva e Doutel de Andrade, percorreram diversos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste fazendo a campanha ganhar corpo cada vez mais. Ricardo Kotscho, jornalista da Folha de São Paulo destacado para cobrir a campanha relata em seu livro: “Com o comício em Cuiabá, a Caravana das Diretas completou 22 mil quilômetros de viagem, por 15 estados, reunindo quase 1 milhão de pessoas na rua”<sup>42</sup>.

Conforme Delgado, as manifestações, passeatas, marchas, eventos e comícios foram se transformando em festas cívicas, onde a esperança, ostentada por diversas bandeiras reinava, estabelecendo um contexto de confraternização política, servindo de canal de manifestação popular pelo descontentamento com a crise econômica e as condições de vida da população, e principalmente, de aspiração democrática após os 20 anos de regime militar<sup>43</sup>.

Algumas personalidades tornaram-se reconhecidas nacionalmente por suas participações nos comícios, caminhadas, e eventos. Se Ulysses Guimarães ficou

<sup>40</sup> <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/01/26/2/>

<sup>41</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>42</sup> KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>43</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves in FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel, org. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

conhecido como “Senhor das Diretas”, Osmar Santos era o “locutor das Diretas”, viajando por todo o país animando os palcos com sua voz de comando, assim como Fafá de Belém que emprestou sua voz para encantar e emocionar as multidões cantando *Menestrel das Alagoas* em homenagem a Teotônio Vilela.

Inserido nesse contexto, no dia 24 de fevereiro, ocorre o comício na Praça Rio Branco em Minas Gerais, reunindo cerca de 300 mil pessoas. O próprio governador do estado, Tancredo Neves, se encarregou da organização do comício, cuidando pessoalmente de detalhes importantes. As imediações da praça foram aos poucos sendo tomadas pela multidão oriunda das caravanas que vinham do interior, das passeatas e carreatas, formando mais de um quilômetro pela avenida Afonso Pena, ocupando ruas transversais e prédios. Vários governadores estavam presentes, como Gerson Camata (ES), Wilson Martins (MS), José Richa (PR), Franco Montoro (SP) e Leonel Brizola (RJ). Era a maior manifestação da campanha até aquele momento<sup>44</sup>.

Era fevereiro, e o carnaval se aproximava. A campanha das Diretas Já fez com que a festa popular fosse revestida, transformada para continuar a pressionar os parlamentares para a aprovação da PEC nº 05, pois a campanha já se encontrava inserida no cotidiano do brasileiro. Letras de samba satirizando políticos, fantasias, blocos e bonecos estavam relacionados com o pleito popular, como “Paulo Maluco” ou “Aureliano Chavão”<sup>45</sup>.

Ainda em fevereiro ocorre o lançamento do comitê suprapartidário nacional Pró-Diretas reunindo os partidos de esquerda e de centro e as entidades civis sob uma única estrutura diretiva para impulsionar a crescente mobilização e democratizar a direção do movimento de forma igualitária. Conforme Leonelli e Oliveira, foi a primeira vez, desde o início do processo de abertura, que as forças democráticas se organizaram num grande movimento político<sup>46</sup>.

Após os comícios de janeiro e fevereiro de 1984 e suas repercussões, o governo federal estabeleceu no início do mês de março o dia 25 de abril como data para a votação da emenda. Também discutiu, oficialmente, a possibilidade de enviar ao Congresso Nacional uma emenda alternativa à Emenda Dante de Oliveira

---

<sup>44</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>45</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>46</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004

propondo eleições diretas para presidente no ano de 1988<sup>47</sup>. Diante do receio de que o número de deputados favoráveis à aprovação da emenda estivesse crescendo, o governo concentrava esforços para assegurar que a emenda não fosse aprovada no Senado. A batalha se acirrava: de um lado, os que buscavam o crescimento e/ou radicalização da campanha para aprová-la; de outro, os que buscavam esvaziá-la e desenvolver a transição do cargo de presidente de maneira indireta.

O mês de março foi caracterizado por pequenas manifestações, considerando os comícios do início do ano. O comitê pró-Diretas do Rio programou para o dia 21 de março uma passeata, uma vez que o governador do Rio, Leonel Brizola, procurava adiar o comício previsto para a Candelária, alegando problemas de saúde. Apesar do suposto boicote de Brizola, a passeata ocupou 1.500 metros da avenida Rio Branco, entre a Igreja da Candelária e o Obelisco. Segundo os organizadores, houve a presença de 300 mil pessoas, superando as dimensões da famosa “passeata dos cem mil” em 1968. Dos presidentes dos partidos, apenas Lula participou, discursando contra os líderes oposicionistas moderados que tendiam a participar de negociações com o governo<sup>48</sup>.

Entre os dias 10 e 16 de abril verificou-se o ponto alto das manifestações da campanha, tanto em empenho, recursos e mobilização de pessoas.

Segundo as principais características dos comícios de Curitiba, Minas e São Paulo, aproximadamente um milhão e cem mil pessoas se aglomeraram entre a Cinelândia, a praça XV e a Central do Brasil no dia 10 de abril. Estiveram presentes cinco governadores de oposição (Tancredo, Montoro, José Richa, Gérson Camata e Brizola), os presidentes dos partidos de oposição (Ulysses, Lula e Doutel de Andrade), vários parlamentares, lideranças sindicais e de entidades civis, além de artistas e outras personalidades nacionalmente conhecidas. A rede Globo de TV realizou uma cobertura maciça do evento, chegando a interromper a novela para transmitir, ao vivo, o encerramento do comício, quando Leonel Brizola fez seu pronunciamento pedindo ao povo “que preparassem os títulos de eleitor porque as eleições diretas não estão longe. E vamos eleger alguém que responda às aspirações de mudança que o povo brasileiro exige. Queremos eleições para a

---

<sup>47</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>48</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004.

mudança dos homens, dos métodos e da orientação deste país. Queremos um estado de direito legítimo”<sup>49</sup>.

A declaração do presidente Figueiredo, o qual se encontrava em viagem ao exterior no dia do comício do Rio, de que se estivesse no Brasil teria participado do evento, porque a bandeira das eleições diretas também seria sua, provocou desestabilização na base governista, fazendo com que os líderes do governo temessem a aprovação da emenda no Congresso<sup>50</sup>.

Na rasteira do comício da Candelária, houve outros três atos públicos: Goiânia, no dia 12 de abril, com cerca de 250 mil pessoas; Ipatinga, no Vale do aço mineiro, reunindo 50 mil pessoas, e Porto Alegre, no mesmo dia 13, realizou um comício com 200 mil pessoas e a presença de muitas lideranças<sup>51</sup>.

Chegara o momento de fechar com “chave de ouro” (grifo meu) a campanha. No dia 16 de abril, uma segunda-feira, ocorreu o grande comício no Vale do Anhangabaú em São Paulo. O comitê paulista Pró-diretas programou a chegada no vale de várias passeatas, oriundas de diversos pontos. Eram passeatas de professores, movimento negro, grupos estudantis e sindicalistas, entre outros, liderados por uma comissão de frente formada por governadores, presidente de partidos, parlamentares e lideranças civis. Estima-se 1,5 milhão de pessoas<sup>52</sup>.

As janelas dos prédios estavam enfeitadas com bandeiras e faixas verde-amarelas de onde caíam chuvas de papel picado saudando as estrelas da campanha e o povo em geral. A quantidade de pessoas fez que se alterasse o planejamento inicial do comício, pois o acúmulo de pessoas era grande. Bordões eram entoados pela população que clamava pelas eleições diretas, como “um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil”. Os discursos eram todos apelativos para a exigência da aprovação da emenda e não a negociação. A emoção foi grande, muitas pessoas choravam ao cantar o Hino Nacional, ao verem chegar o boneco que lembrava Teotônio Vilela, ao som de Menestrel das Alagoas, ao ouvirem os discursos repletos de esperança com a possibilidade do retorno da democracia pela aprovação da emenda Dante de Oliveira<sup>53</sup>.

<sup>49</sup> <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/04/11/2/>.

<sup>50</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>51</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>52</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>53</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004

Ao encerrar o comício, Ulysses Guimarães, o Senhor das Diretas, já ciente do encaminhamento pelo presidente Figueiredo Congresso de projeto com proposta alternativa à Emenda Dante de Oliveira prevendo, fez seu pronunciamento:

...mais uma vez, a diferença e separação entre o povo e o Estado, entre o povo e o Poder. Enquanto Figueiredo dirá que a eleição direta será em 1988, a República verdadeira está aqui, afirmando que queremos a eleição já, a 15 de novembro para presidente da República<sup>54</sup>.

Faltavam oito dias para a votação da emenda.

---

<sup>54</sup> <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/04/17/2/>.

## 5 ANÁLISE DA DISPUTA PRESIDENCIAL E AS CAUSAS DO RECUO DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO NA CAMPANHA DIRETAS JÁ

A sucessão presidencial prevista para o ano de 1985 já estava sendo pensada pelo governo militar há algum tempo, estando inserida nos planos de redemocratização do país. Cabia ao presidente Figueiredo conduzir o processo e viabilizar um nome civil de consenso para aprovação no Colégio Eleitoral, onde o PDS mantinha o controle. A passagem da faixa presidencial aos civis era prevista, mas deveria ser necessariamente um candidato aprovado pelo regime militar e referendado pelo Colégio Eleitoral.

Do lado governista, a disputa pela sucessão presidencial ocorreu de forma mais acirrada dentro do PDS a partir de 1983. Seus candidatos eram: Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo e Mário Andreazza, ministro do Interior, considerados alinhados com o governo militar e refratários às concessões à oposição, e Aureliano Chaves, vice-presidente da República, mais moderado<sup>55</sup>. Paulo Maluf era um político completamente alinhado com o governo militar, havia sido prefeito e governador de São Paulo. Aureliano Chaves, vice-presidente, gozava de boa reputação junto a setores do PDS, empresários, e até de parte da oposição, sendo considerado administrador dinâmico e competente, principalmente após o período em que exerceu a presidência interina.

O governo mostrava-se contrário à possibilidade de Maluf assumir a presidência e dividia-se entre Andreazza e Aureliano. Maluf já havia declarado que não abriria mão de disputar a convenção do PDS, na qual se definia como candidato oficial do partido<sup>56</sup>.

O resultado das eleições de 1982 alterou significativamente o quadro político brasileiro. Com o fim da maioria do partido da situação na Câmara dos Deputados, abriu-se espaço para as negociações, o palco onde ocorreu o jogo político se ampliou.

No processo de redemocratização nacional, em especial a sucessão do presidente Figueiredo, os novos governadores eleitos pela oposição exerceram papel fundamental. Segundo Couto, os governadores de maior projeção nacional e

---

<sup>55</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>56</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004.

possibilidades de fazer frente à disputa presidencial eram Franco Montoro, governador de São Paulo, Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, e Tancredo Neves, governador de Minas Gerais<sup>57</sup>.

Franco Montoro possuía resistências ao seu nome dentro do próprio partido e as teria também dentro do colégio eleitoral, além disso, Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, teria preferência dentro do partido numa disputa eleitoral.

Leonel Brizola acalentava o projeto de ser presidente da nação, mas seu nome não era bem aceito pelos membros do colégio eleitoral, e seu partido não estava ainda bem estruturado. Tancredo Neves era o governador com mais chances, ou o único, mas apenas se as condições do jogo político lhe favorecerem, que poderia acontecer com uma divisão dentro do PDS<sup>58</sup>.

Tancredo Neves tomou para si o papel de conciliador nacional. Político hábil e experiente possuía grande capacidade de interpretar os fatos e a realidade. Sabia do esvaziamento do regime militar, das consequências da crise econômica sobre o governo e seu partido de sustentação, o PDS, do significado político do resultado das eleições de 1982, do crescimento das oposições e o consequente controle dos governadores de oposição sobre os estados onde venceram. Tinha real noção de que os espaços para a luta pela democratização do país se ampliaram e iriam se intensificar<sup>59</sup>.

Assim, dentro da disputa presidencial, por parte dos atores políticos oposicionistas ao governo, havia duas lógicas: a da ruptura e a da negociação<sup>60</sup>. Tendo como base o PMDB, uma ala da oposição acreditava que a via possível para eleger um presidente oriundo de um partido oposicionista era negociar com determinados seguimentos do PDS na tentativa de encontrar um nome de consenso. Para tanto, necessitavam em primeiro lugar obter o controle sobre o PMDB e atuar como interlocutor das oposições. Esse grupo moderado tinha em Tancredo Neves seu líder.

A lógica da ruptura era composta pelos políticos históricos do PMDB, liderados por Ulysses Guimarães, e a ala mais à esquerda do partido, e o PT e PDT.

---

<sup>57</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004.

<sup>58</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>59</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>60</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

Tinham como carro-chefe a campanha das Diretas Já para mobilizar o Congresso para efetuar as alterações no sistema eleitoral possibilitando as eleições diretas.

Conforme Leonelli e Oliveira, já no mês de março de 1983, o presidente Figueiredo mandava mensagem ao Congresso Nacional falando em trégua, clamando para superar as dificuldades vividas pelo país, principalmente econômicas, num clima de cooperação e entendimento<sup>61</sup>. Os políticos oposicionistas entendem que a mensagem do presidente ultrapassa a questão econômica e que abrange o processo democrático. Apesar de alguns líderes do PMDB, como Freitas Nobres e Humberto Lucena, haverem se pronunciado contra a negociação de pontos como a eleição direta para presidente da república, havia uma parcela do partido que apoiava a linha do consenso.

O governador de Minas e o grupo dos moderados, ao qual pertencia, foram tomando para si a tarefa da negociação. Usando de seu patrimônio moral e político, Tancredo já apostava na tese do consenso em seu discurso de despedida do Senado Federal antes de assumir o governo de Minas Gerais, conforme suas palavras:

...O Brasil dos nossos dias não admite nem o exclusivismo do governo, nem da oposição. Governo e oposição, acima de seus objetivos políticos, tem deveres inalienáveis com o nosso povo.

....

União nacional, diálogo, entendimento, conciliação, trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional<sup>62</sup>.

Durante o ano de 1983, a disputa eleitoral vai se desenhando a partir da ampliação da atuação dos atores políticos. Mesmo com o incremento da campanha, durante todo o tempo, determinados atores políticos trabalhavam com a perspectiva de amenizar os espaços de conflito e conduzir a sucessão presidencial pela negociação.

Em setembro de 1983 ocorre um fato importante: o governo sofre sua primeira derrota no Congresso Nacional desde o golpe militar. O Congresso rejeitou o decreto-lei nº 2.024 que alterava de 110% para 100% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) o reajuste salarial máximo dos trabalhadores na faixa de até três salários mínimos, estabelecendo índices

---

<sup>61</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>62</sup> <http://www.tancredo-neves.org.br/discursos>.

progressivamente menores para as faixas acima<sup>63</sup>. A rejeição do decreto contou com a participação de 11 votos da bancada do PDS, além do comparecimento da totalidade dos deputados dos partidos de oposição. A derrota teve grande significado no cenário político, pois mostrava que o governo já não detinha mais o controle absoluto das votações, que a oposição poderia obter vitórias parlamentares e que a Câmara dos Deputados retornaria a cumprir seu papel de palco de negociações<sup>64</sup>. Após várias tratativas, o governo consegue aprovar o decreto-lei nº 2.065, alterando a política salarial, estabelecendo um crescimento nominal médio de 87% para a massa salarial, sendo que o aumento máximo seria de 100% do INPC para a faixa salarial de até três salários mínimos. Para aprovação do decreto a base do governo foi obrigada a disponibilizar cargos para o PTB. Novamente houve influência do governador Tancredo Neves e seu grupo sobre a base do PMDB, levando o partido não fechar questão contra o decreto, permitindo sua aprovação<sup>65</sup>.

Os episódios de votação dos decretos mostravam as divisões internas do partido de sustentação do governo, o PDS já não era mais tão leal ao regime, deixando claro que as aprovações no Congresso necessitariam de diálogos e negociações com a oposição. Por outro lado, mais uma vez, o PMDB mostrava ser um partido não uniforme: o grupo do governador de Minas optava pelo diálogo, pela negociação, pelo entendimento. O campo de atuação do jogo político se ampliava, pois se o PMDB por um lado contava com um forte grupo promovendo o diálogo, do outro, havia a força oposicionista mais radical, a qual estava empenhada na campanha das Diretas Já<sup>66</sup>.

Mesmo contando com o apoio de todos os governadores da oposição para a mobilização da Campanha Diretas Já, havia aqueles que acreditavam na campanha, mas não na aprovação da Emenda Dante de Oliveira. De acordo com Leonelli e Oliveira, vários governadores pensavam a campanha como uma forma de a) continuar a fazer oposição, sem agressões ao governo e ao presidente, pois ele mesmo admitia discutir as eleições diretas; b) ultrapassar as dificuldades financeiras e administrativas de seus governos com a mobilização popular; c) unir ou manter unidas as forças políticas que os elegeram; d) colocar a campanha sob o comando

---

<sup>63</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>64</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004.

<sup>65</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>66</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004.

de cada governador em seus estados, e e) atrair para os governadores o diálogo com o governo que avançava para uma negociação em torno das Diretas<sup>67</sup>.

O governador Franco Montoro, assim como outros governadores de oposição, mostrava ambiguidade. Havia elaborado um manifesto a favor das Diretas, o qual deveria ser assinado pelos governadores em ato solene no mês de novembro, colocando-se em posição de frente na campanha, porém em outros momentos, como o 1º comício de São Paulo, não se colocou à frente, nem compareceu (assim como Brizola), mostrando-se simpatizante da linha do consenso, da manutenção das eleições indiretas, recebendo fortes críticas dos segmentos mais à esquerda dos partidos oposicionistas<sup>68</sup>.

Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, também hesitava em liderar a campanha em seu estado. Mesmo após haver se comprometido com os governadores de oposição, prefere adotar uma postura de distanciamento em função das mensagens presidenciais de crítica à campanha, pois receava uma possível intervenção federal em seu estado. Brizola esperava que os governadores que gozavam de maior simpatia pelos militares, como Tancredo, Montoro e Richa, iniciassem as mobilizações em seus estados<sup>69</sup>.

Políticos ligados ao grupo de Tancredo e representantes do governo reuniram-se no final de 1983 na tentativa de acordar os termos para uma transição presidencial negociada. Dessa reunião participaram vários dirigentes e parlamentares pedessitas. Naquele momento, já existia no próprio PDS manifestações favoráveis às Diretas, fato que dificultava que a sucessão seguisse o caminho tradicional que resultaria na escolha de um nome oficial para a aprovação no Colégio Eleitoral<sup>70</sup>.

Conforme Rodrigues, em novembro de 1983, 10 dos 12 governadores do PDS já haviam se manifestado no sentido de apoiar uma campanha para eleições diretas para presidente da república. Além disso, pesquisa veiculada no *Jornal do Brasil* apontava que somando os votos da oposição com os do grupo Pró-Diretas do PDS, havia 63% favoráveis no Senado, e 61% na Câmara<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>68</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

<sup>69</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>70</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

<sup>71</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

Considerando as manifestações a favor das eleições diretas para presidente da república dentro do PDS, a falta de consenso no nome de um candidato que representasse a base governista e as dificuldades de resultados nas negociações até então com a oposição, no final do mês de dezembro, o presidente Figueiredo renunciou à coordenação da sucessão dada a ele pelo PDS e criticou a campanha das Diretas Já<sup>72</sup>. Restou ao PDS assumir a coordenação do processo sucessório.

Como a campanha das Diretas Já crescia nas ruas, com a adesão da população, dos partidos oposicionistas, de alguns simpatizantes pedessistas, e das entidades civis, fazendo crer ao grupo da oposição que era contrário à negociação, e até aos que eram favoráveis à tese do consenso, que o cenário político mostrava que as possibilidades da aprovação da Emenda Dante de Oliveira poderiam ser reais, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães concordam em firmar a decisão sobre a postura oficial do PMDB para a Convenção do partido marcada para abril de 1984<sup>73</sup>.

O mês de janeiro de 1984 desenhou um novo quadro no processo sucessório. Com o crescimento da Campanha das Diretas Já de maneira significativa a partir dos comícios de Curitiba e São Paulo, o regime militar que até então tratava de minimizar os efeitos das mobilizações, passa a se articular de maneira a conter o avanço da campanha e trabalhar na reprovação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso. Por outro lado, os esforços oposicionistas se concentraram na campanha para pressionar o Congresso para sua aprovação.

O comício de São Paulo, no dia do aniversário da cidade, foi multipartidário, contando com vários dos governadores de oposição, entre eles Montoro e Brizola, porém não contou com a presença de Tancredo Neves. O governador mineiro ficara em Minas para acompanhar a visita oficial do presidente Figueiredo. Tancredo declarou aos jornalistas que a radicalização da campanha impedia uma solução de consenso<sup>74</sup>. Na verdade, Tancredo Neves se encontrava num momento especial: precisava mobilizar esforços para estruturar o comício em seu estado, mostrando estar ao lado da população sintonizado no mesmo clamor nacional, e também precisava manter-se como o portador da voz do consenso, o interlocutor da oposição<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>73</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

<sup>74</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

<sup>75</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004

Para a oposição, a única forma de conseguir os dois terços no Congresso para a aprovação da emenda era colocando todos os esforços no crescimento da mobilização dos políticos e da população em torno da campanha<sup>76</sup>. Ou seja, significava incrementar os comícios, passeatas, debates manifestos, significava agir de maneira pró-ativa, colocar-se no campo da ação, do enfrentamento, e não agir de maneira reativa como foi a prática usual desde o golpe militar. De acordo com Rodrigues,

...E isso não era pouco: significava negar uma prática consagrada por 15 anos de bipartidarismo (Arena e MDB) e por sua preservação (apesar da reforma de 1979). Neste esquema, vale notar, a oposição institucional reunida no antigo MDB, que se vira limitada ao campo de atuação demarcado pelo regime, lograra crescer em sucessivos pleitos. As praças públicas cheias não desestruturavam apenas a percepção e a conduta do governo Figueiredo ou dos pré-candidatos da situação, mas também e sobretudo boa parte da oposição ao regime, que se via de repente alçada à condição de protagonista de um inusitado movimento, que ganhava iniciativa própria e relativa autonomia com relação a seus supostos líderes<sup>77</sup>.

O governo militar, advertido pelos seus ministros militares, demonstra que não aceitam as Diretas Já e estariam dispostos a interferir no processo sucessório para garantir o projeto original, o qual previa o restabelecimento do regime democrático de maneira, lenta, gradual e segura. Temiam que um processo de abertura com ruptura resultasse no que estava acontecendo na Argentina, onde muitos militares estavam sendo julgados pelos crimes cometidos na época da ditadura<sup>78</sup>.

Ainda em fevereiro, o presidente Figueiredo realizou reunião com os ministros de Estado e candidatos do PDS para organizar uma reação à campanha das Diretas Já. Tendo por base um relatório do Serviço Nacional de Informação- SNI, a campanha era considerada inspirada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e que já estava ameaçando a segurança nacional. Como plano de ação contra a campanha, o governo reitera que a sucessão deve se dar via Colégio Eleitoral, que a Emenda não seria aprovada, nem toleraria a marcha sobre Brasília (os partidos de oposição estariam planejando uma marcha para o dia da votação da emenda)<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

<sup>77</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

<sup>78</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>79</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

Pressionados pelo governo e pela ala dos moderados, a Executiva Nacional do PMDB em reunião extraordinária, cancelou a marcha sobre Brasília no dia da votação da emenda substituindo-a por um ato público em frente ao Congresso<sup>80</sup>.

O mês de março foi marcado por divergências sobre os rumos da campanha. Lula, Ulysses, os sindicatos, as entidades civis e a maioria dos parlamentares oposicionistas manifestavam-se a favor da intensificação da campanha. Por outro lado, os governadores, principalmente Montoro, Brizola e Tancredo, ainda que publicamente se manifestassem a favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, adotaram posturas mais cautelosas, freando o ânimo das mobilizações. Não queriam endurecer com o regime, mas também, não descartavam o lançamento de candidaturas próprias para presidente<sup>81</sup>. Enquanto parecia que a campanha desacelerava, crescia em Brasília o embate parlamentar, tanto oposição, quanto situação precisavam negociar.

As mobilizações em favor das Diretas Já retornam a todo vapor no mês de abril. Os comícios do Rio e São Paulo ultrapassam um milhão de pessoas. O governo ameaçava adotar medidas de emergência para evitar grandes manifestações na semana da votação da Emenda Dante de Oliveira.

No dia do ápice da campanha, da passeata-comício de São Paulo, enquanto milhares de pessoas se aglutinavam no vale do Anhangabaú, o Palácio do Planalto encaminhava ao Congresso sua emenda, visando ser uma alternativa à Emenda Dante de Oliveira. As principais alterações eram: reeleição para presidente e governadores sem necessidade de desincompatibilização, eleições diretas para os prefeitos das capitais em 1986, fim do poder do Executivo de legislar sobre as normas tributárias através dos decretos-leis, estabelecimento de sessões secretas para apreciação de vetos do presidente da República e outros pontos que ampliavam os poderes do Legislativo<sup>82</sup>.

Dois dias após o comício, o governo decreta medidas de segurança para impedir que as manifestações da campanha das Diretas Já chegassem no Distrito Federal e mais dez cidades de Goiás. Também estavam impedidas as gravações em vídeo, sem a conferência da Polícia Federal; transmissões orais de estações de

---

<sup>80</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>81</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>82</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit*, 2003.

rádio, sem aprovação do Ministério das Comunicações; proibida a entrada na área das caravanas que tivessem fins políticos.

O regime militar apostava em dois caminhos: trabalhava no sentido do diálogo, oferecendo uma alternativa aqueles parlamentares simpatizantes das Diretas Já, e tentava reduzir os efeitos cada vez maiores da campanha das Diretas Já<sup>83</sup>.

Após as medidas de emergência apresentadas pelo governo, o desfecho da campanha das Diretas Já pela linha conciliadora vai se concretizando. Tancredo Neves demonstra claramente o pensamento do grupo que coordena dentro do PMDB, mediante seu discurso conciliador em solenidade em Ouro Preto:

“...só encontraremos saída para os conflitos irreversíveis se as forças que representam o poder e a sociedade civil souberem conter as suas posições de radicalismo, que levam a confrontos desiguais e funestos”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> RODRIGUES, Alberto Tossi. *Op. cit.*, 2003.

<sup>84</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, 2004.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da Campanha das Diretas Já ampliou significativamente o espaço de ação dos diversos atores políticos no processo de sucessão do presidente Figueiredo. A atuação desses atores foi conduzindo o processo para o desenvolvimento e consolidação da linha do consenso, do diálogo, não da ruptura.

Conforme Rodrigues, o impacto da mobilização sobre o sistema político deveria ser forte o suficiente para desestabilizar as estratégias governistas do continuísmo simples, mas não forte o suficiente a ponto de ser uma ruptura nas estruturas institucionais da sucessão presidencial<sup>85</sup>.

Desde o início da campanha, Tancredo Neves, como político hábil que era, foi observando o jogo político e apresentando-se como o interlocutor entre oposição e governo, aproveitando os espaços para articular sua própria campanha à presidência, fosse pela via direta ou indireta. Ulysses Guimarães, o Senhor das Diretas, presidente do PMDB na época, assim o descreve:

“Tancredo era um sábio, Sabia conversar, sabia ler, sabia rezar, sabia comer e beber, sabia rir, sabia ironizar, sabia não ter medo, sabia ser Cirineu para amigos amargurados, sabia ver o mar, ouvir passarinhos, imaginar com o vento, namorar as estrelas. (...) Tancredo também foi um bruxo. Ninguém resistia à sua sedução. (...) Eu amava, admirava e temia Tancredo<sup>86</sup>.”

A campanha das Diretas Já possibilitou à oposição sair da resistência e da crítica para o plano da ação, sair da reatividade para o terreno da ofensiva política, de forma mais consciente e planejada. Talvez, após quase 20 anos de atuação em espaços reduzidos, necessitasse de mais tempo de prática e experiência para dar conta de tamanha tarefa que seria governar o país.

Durante o desenrolar da campanha foi ficando evidente o recuo de algumas importantes lideranças peemedebistas, as quais se inclinaram pela aceitação de um entendimento com o governo<sup>87</sup>. Preocupavam-se os governadores com as condições de governabilidade de seus estados, tinham receio de como reagiriam frente ao retorno da democracia, e receio de um retorno do estado repressor. A

<sup>85</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

<sup>86</sup> Depoimento de Ulysses Guimarães in <sup>1</sup>COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>87</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004.

opinião pública cobrou uma postura mais firme desses políticos, conforme editorial da Folha de São Paulo do dia 15 de março de 1984:

Que esses governadores tentem colocar seus próprios interesses políticos acima da mobilização mais relevantes da sociedade civil é de todo inaceitável, ainda que, infelizmente, esse tenha sido o estilo predominante na política brasileira, tanto em lideranças situacionistas quanto opositoristas<sup>88</sup>.

O papel dos governadores de oposição foi fundamental no desenrolar da campanha das Diretas Já. Mas a campanha também os beneficiou na medida em que permitiu que atravessassem seu primeiro ano de mandato sem grandes críticas, pois o olhar da população estava voltado para a eleição do presidente da República.

Importante salientar que a campanha das Diretas Já estava inserida no ambiente de redemocratização da América Latina. Em 1982, a Argentina elege Raul Alfonsín como presidente pela via direta. Inspirada por essa realidade do país vizinho e movida pela esperança, a campanha conta com a presença de Juan Carlos Quintana, da União Cívica Radical, que representava o presidente argentino. São dele as seguintes palavras que emocionaram os brasileiros no comício de Curitiba em janeiro de 1984, e refletem o sentimento que brotava da população:

Escolhemos a democracia como forma de vida, e a democracia se produz com eleições diretas, feitas pelo povo.(...) Há pouco tempo tive um momento feliz como esse, tendo eleições diretas no meu país. Vocês devem defender com todas as suas forças as eleições diretas. Essa é a única forma legítima de escolha de um presidente em uma democracia. Viva a Argentina, Viva o Brasil<sup>89</sup>.

A campanha das Diretas Já apesar de não atingir seu fim específico, que era restabelecer as eleições diretas para presidente da república, conseguiu influenciar os rumos políticos do país, dando voz à sociedade civil, a qual se uniu com os representantes do povo, uniu a oposição num só objetivo, constituindo-se na maior mobilização cívico-popular da história brasileira, tendo representado papel fundamental no processo de redemocratização do país. O sonho das eleições diretas para presidente da república parecia ter morrido na votação do congresso no

---

<sup>88</sup> <http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/03/15/>.

<sup>89</sup> LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit*, 2004

dia 25 de abril de 1984, mas não, toda a energia depositada foi transferida para apoiar a candidatura de Tancredo Neves.

Costuma-se dizer que o povo brasileiro é acomodado. A campanha das Diretas Já mostrou o contrário. Até os dias hoje nunca se viu um momento político que tenha contado com tamanha participação, reivindicação e pressão da sociedade brasileira. A Campanha das Diretas Já devolveu vida à população brasileira, restabelecendo, com certeza, uma parte da cidadania, firmando-se como marco histórico na luta pelos direitos políticos desta nação, como é possível observar mediante depoimento de Adolfo, cidadão brasileiro, à Ricardo Kotscho em seu livro:

Para ele, a culpa pela situação em que vive "é dos poucos que mandam no Brasil tão poderoso, com 120 milhões de habitantes que não podem se manifestar. Creio que chegou a hora de termos eleições diretas. O povo é que deve mandar no Brasil".

A simples menção sobre o que poderia acontecer se, ao contrário, não vierem as eleições diretas, deixa Adolfo ao mesmo tempo temeroso e revoltado. "Aí ganha o Maluf. Deus me livre... Se o Maluf for presidente, só Deus para virar a cabeça de um homem como aquele. É um maluco, ninguém pode saber o que um homem desses tem na cabeça."

...

Adolfo gruda um adesivo das eleições diretas na blusa de um dos seus netos e fala como se estivesse sonhando.

"Se eu subisse no palanque... Eu tenho tanta vontade de subir no palanque... Eu queria me abrir, para pedir para o povo que lutasse até as últimas forças que tem no peito para ver se a gente consegue pôr um homem do povo dentro do nosso Palácio do Planalto e tirar esse homem que se diz um homem do povo, mas de povo não tem nada, só quer sugar. É um homem dos ministros e não homem do povo. Os ministros é que estão mandando no Brasil e não o Presidente.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2005.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel, org. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

DIAS, Rodrigo. *Imprensa revolucionária dos anos oitenta: os intelectuais e suas reformulações sobre a revolução brasileira – Tese Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2011.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Dante\\_de\\_Oliveira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dante_de_Oliveira)

JORNAL NACIONAL: *A notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil*. Diário da campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Diretas-Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NERY, Vanderlei Elias. *Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites*.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.4.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil, 1974-1985." In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2003.

## ANEXOS

Figura 1 – Quero votar pra presidente



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres>

Figura 2 – Quero votar pra presidente



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres>

Figura 3 – Comício em Porto Alegre



Fonte: <http://images.google.com.br/imgres>

Figura 4 – Campanha Diretas-Já: passeata



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres>

Figura 5 – Campanha Diretas-Já



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres>

Figura 6 – Campanha Diretas-Já – Tentônio Vilella



Fonte: <http://images.google.com.br/imgres>

Figura 7: Comício por eleições



Fonte: <http://images.google.com.br/imgres>